

Tropicália  
Transmissora de  
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações no patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da  
Tropicália Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ-087339/O-4

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		203	3	Fornecedores		25	-
Títulos e Valores Mobiliários	5	81	207	Impostos e contribuições a recolher		39	-
Despesas antecipadas		408	-	Outros passivos		374	-
Imposto de renda retido na fonte		126	-			<u>438</u>	<u>-</u>
Outros ativos		4	-				
		<u>822</u>	<u>210</u>				
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Ativo Financeiro Indenizado		18.760	526	Patrimônio líquido	7		
Despesas antecipadas		1.565	-	Capital social		10.101	101
Outros ativos		110	-	Reserva de Capital		13.335	900
Imobilizado		175	-	Prejuízo Acumulados		(2.442)	(265)
		<u>20.610</u>	<u>526</u>			<u>20.994</u>	<u>736</u>
Total do ativo		<u>21.432</u>	<u>736</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>21.432</u>	<u>736</u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas líquidas		18.234	526
Custo sobre serviços prestados		<u>(18.234)</u>	<u>(526)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas Operacionais	8	<u>(1.026)</u>	<u>(24)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>(1.026)</u>	<u>(24)</u>
Resultado financeiro	9	(1.151)	(241)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(2.177)</u>	<u>(265)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><u>(2.177)</u></u>	<u><u>(265)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

# **Tropicália Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Resultado do exercício	(2.177)	(265)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2.177)</u></u>	<u><u>(265)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.



# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Integralização do capital social	101	-	-	-	101
Reserva de capital social	-	900	-	-	900
Prejuízo do exercício	-	-	-	(265)	(265)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>101</b>	<b>900</b>	<b>-</b>	<b>(265)</b>	<b>736</b>
Integralização do capital social	10.000	-	-	-	10.000
Reserva de capital social	-	90.000	(77.565)	-	12.435
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.177)	(2.177)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>10.101</b>	<b>90.900</b>	<b>(77.565)</b>	<b>(2.442)</b>	<b>20.994</b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	(2.177)	(265)
<b>Ajuste</b>		
Depreciação	143	-
Juros sobre Debentures	1.412	-
Rendimento de aplicação financeira	(541)	(2)
	<u>(1.163)</u>	<u>(267)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	(1.973)	-
Imposto de renda retido na fonte	(126)	-
Outros ativos	(114)	-
Fornecedores	25	-
Impostos e contribuições a recolher	38	-
Outros passivos	374	-
Juros de debentures pagos	(1.412)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>(4.351)</u>	<u>(267)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Integralização do Capital Social	22.435	1.001
Aquisições de bens do ativo financeiro	(18.234)	(526)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(319)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(78.710)	(393)
Resgate em títulos e valores mobiliários	79.379	188
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>4.551</u>	<u>270</u>
Emissão de debentures	21.223	
Amortização de debentures	(21.223)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	200	3
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>3</u>	<u>-</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u><u>203</u></u>	<u><u>3</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Sociedade”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 246 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Sociedade em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é fevereiro de 2022.

Para a construção do empreendimento estima-se um investimento da ordem de R\$ 400 milhões nos próximos 4 anos.

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a sociedade a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Atualmente, a empresa está em fase pré-operacional, com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto, sendo que a Licença Prévia - LP já foi emitida pelo IBAMA.

Todos os contratos necessários a sua implantação já foram assinados com os fornecedores, e foram constituídos na modalidade “Turn-Key”, garantindo uma maior previsibilidade e controle dos custos totais de implantação.

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contrato para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. - Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. - LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de março de 2018.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

### **2.1 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um

insignificante risco de mudança de valor.

## **2.4 Instrumentos financeiros**

### **2.4.1 Classificação e mensuração**

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### **2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

### **2.4.3 Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Sociedade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Sociedade.

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.4.4 Ativo financeiro da concessão**

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Sociedade, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Geralmente, a RAP de qualquer Sociedade de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.

Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Sociedade, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Sociedade não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura será registrada como ativo financeiro.

## **2.5 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## **2.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **2.7 Demais ativos e passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

## **2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## **2.9 Capital**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.10 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

- CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros - estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

- CPC 48 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

- CPC 48 / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos) - substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.

- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeira**

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para *impairment* tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

#### **b. Base de determinação do ativo financeiro de concessão**

A Sociedade adotou a premissa que os bens serão reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios.

#### **c. Receita**

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.



## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

#### **a. Risco de crédito**

Salvo pelo ativo financeiro e pelo capital a integralizar, a Sociedade não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

#### **b. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

#### **c. Valorização dos instrumentos financeiros**

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

##### **(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

##### **(ii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade possui dois instrumentos de operação de termos de moedas, que serão reconhecidos no momento de suas liquidações.

- 1) NDF 16L00207079 - USD 7,4 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,081000
- 2) NDF 16L00194740 - USD 7,0 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,099300

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

## 4.3 Instrumentos financeiros por categoria

			31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equivalentes de caixa	203		203
Títulos e valores mobiliários		81	81
	<u>203</u>	<u>81</u>	<u>283</u>
			31/12/2016
Passivos, conforme balanço patrimonial			Total
Fornecedores		Outros passivos financeiros	25
		<u>25</u>	<u>25</u>
			31/12/2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3		3
Títulos e valores mobiliários		207	207
	<u>3</u>	<u>207</u>	<u>210</u>
			31/12/2016
Passivos, conforme balanço patrimonial			Total
Fornecedores		Outros passivos financeiros	-
		<u>-</u>	<u>-</u>

## 4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1, os fornecedores são classificados como nível 2 e o ativo financeiro é classificado como nível 3. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### **Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### **4.5 Análise de Sensibilidade**

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2017.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			7,45%	9,93%	12,41%
CDI %	Aplicações Financeiras	81	6	8	10

## **5 Títulos e valores mobiliários**

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários (a)	<u>81</u>	<u>207</u>
	<u>81</u>	<u>207</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas Certificados de Depósito Bancário - CDB realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 6 Ativo financeiro da concessão

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<b>Adiantamento a fornecedores</b>	<b>A ratear</b>	<b>Licenças Ambientais</b>	<b>Compras em andamento</b>	<b>Servidão</b>	<b>Total</b>
Custo							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>		-	-	-	-	-	-
Adições		15	135	376	-	-	526
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>15</b>	<b>135</b>	<b>376</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>526</b>
Adições		13.346	3.135	580	810	363	18.234
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>13.361</b>	<b>3.270</b>	<b>956</b>	<b>810</b>	<b>363</b>	<b>18.760</b>

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, a ser formado ao longo do período de implantação.

As adições realizadas no exercício referem-se a receita e custo de construção da Sociedade.

- a.** Adiantamento a fornecedores:  
 Adiantamentos constituídos, conforme cláusulas contratuais e cronogramas financeiros das EPCs: Alubar Metais e Cabos S/A - fornecedor dos cabos condutores de alumínio e Sae Towers referente ao levantamento topográfico.

## 7 Patrimônio líquido

### b. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.101 representado por 101.000.500 ações ordinárias, sem valor nominal (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2016, representado por 1.000.500 ações ordinárias de R\$ 1,00 cada).

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social ficou distribuído entre os seguintes acionistas:

	31/12/2017	
	<b>Quantidade de ações</b>	
	<b>Participação %</b>	
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	46.150.993	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	44.791.333	44,35
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	10.058.174	9,96
	<b>101.000.500</b>	<b>100</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social ficou distribuído entre os seguintes acionistas:

	31/12/2016	
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Participação %</b>
N.A.S.S.P.E. Empr. E Participações	900.450	90
BTG Pactual Holding Internacional	100.050	10
	<u>1.000.500</u>	<u>100</u>

O Consórcio CP II, constituído pela BTG Pactual Holding Internacional S.A. (“BTGP HI”) e pela N.A.S.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“NASSPE”) sagrou-se vencedor do Lote n.º 1 do Leilão n.º 13/2015-ANEEL-2ª Etapa (“Leilão”), realizado em 28 de outubro de 2016. Em decorrência das exigências do Edital do Leilão, o Consórcio CP II apresentou a Tropicália como a SPE a assinar o respectivo contrato de concessão, o que foi feito em 10 de fevereiro de 2017. Portanto, inicialmente, a Tropicália era detida pela BTGP HI e pela NASSPE, na exata proporção das respectivas participações no Consórcio CP II.

A reserva de capital subscrita em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 90.900, sendo que R\$ 77.565 à integralizar.

Em 10 de outubro de 2017, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Despacho da Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL de n.º 3.397, que anuiu com a operação de alteração total dos acionistas da Tropicália, com a consequente transferência do seu controle societário, de modo que Tropicália Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (“Tropicália FIP”) passou a deter 45,69% da Tropicália, o FIP Development Fund Warehouse - Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Warehouse”) passou a deter 44,35% da Tropicália e o BTG Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento em Participações - Infraestrutura (“BTG Infra II FIP”) passou a deter 9,96% da Tropicália, o que foi formalizado em 26 de outubro de 2017.

### **c. Destinação do resultado**

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

A Sociedade apurou prejuízo líquido de R\$ 2.177 no exercício de 2017, não gerando resultados a serem distribuídos.

## **8 Despesas Operacionais**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	176	-
Administradores	123	-
Material	19	-
Serviços de terceiros	453	23
Depreciação	143	-
Aluguéis	97	-
Impostos e taxas	15	1
	<u>1.026</u>	<u>24</u>

## 9 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros Debentures	(1.412)	-
Tarifas bancárias	(255)	(243)
	<u>(1.667)</u>	<u>(243)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações	516	2
	<u>516</u>	<u>2</u>
	<u>(1.151)</u>	<u>(241)</u>

## 10 Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade teve no exercício de 2017 prejuízo líquido de R\$ **2.177**, não gerando base de cálculo para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar.

## 11 Meio Ambiente

A Sociedade está com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto.

A Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 5 de Dezembro de 2017.

Em 26 de Dezembro de 2017 foi protocolado o pedido da Licença de Instalação, que temos a

expectativa de ser emitida até o final de 2018, o que nos concede o tempo necessário para a conclusão do projeto até a data regulatória.

## 12 Debentures

A Sociedade fez emissões e aquisições antecipadas de debentures.

Debêntures	Data	Aquisição		Total
		Principal	Juros	
1ª emissão	16/02/2017	15.223	1.166	16.389
2ª emissão	06/06/2017	6.000	246	6.246
Total:		21.223	1.412	22.635

Data	Antecipação		Total
	Principal	Juros	
26/10/2017	15.223	1.166	16.389
26/10/2017	6.000	246	6.246
	21.223	1.412	22.635

## 13 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores (SAE e SIEMENS), conforme relacionados abaixo:

- Seguro contra risco relacionados ao uso, posse ou propriedade de veículos automotivos;
- Seguro de responsabilidade civil do empregador, incluindo porem, não limitados a morte, acidentes, danos pessoais e por responsabilidade cruzada com outros fornecedores;
- Seguro contra todos os riscos relacionados ao transporte nacional e internacional de materiais para o escopo do fornecimento;
- Seguro para todos os bens, equipamentos e maquinário utilizados no escopo dos serviços;
- Seguro de risco de engenharia, modalidade Obras Civis e Montagem, em valor equivalente ao preço global;
- Seguro de responsabilidade civil, incluindo cobertura para danos causados a terceiros e acidente de trabalho;
- Erros de projeto (aplicável à construção civil e excluindo-se “itself”);
- Risco do fabricante;
- Danos a Terceiros - Responsabilidade Geral e Cruzada;

Será enviado a Sociedade, copia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

a) Seguro Garantia da ANEEL:

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Sociedade firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.

## **14 Honorário dos Administradores**

O total pago, no exercício de 2017, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade somaram R\$ 868.

## **15 Contingências**

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

**I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável**

São constituídas provisões.

**II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível**

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

**III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto**

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

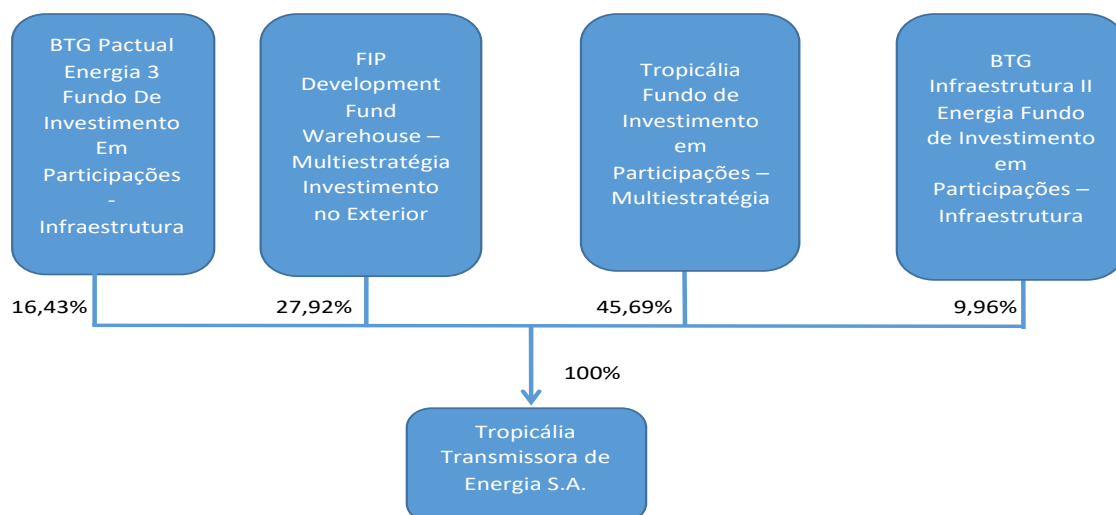
Nas datas das demonstrações financeiras, a Sociedade não possui contingências com risco de perda provável ou passivos contingentes a ser divulgados, de acordo com seus advogados externos.

## **16 Eventos Subsequentes**

### Composição Acionária:

Posteriormente, em 7 de fevereiro de 2018, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Despacho da SFF de n.º 309/2018, que anuiu com a operação de inclusão do BTG Pactual Energia 3 Fundo De Investimento Em Participações - Infraestrutura como novo acionista no controle societário direto da Tropicália, o que foi formalizado na mesma data.





\* \* \*

Marcelo Pedreira de Oliveira  
Diretor

Gliciana dos Santos Lima Alcantara  
Contadora  
CRC 116761/O-0